



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16740 - Painel Temático - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

Painel Temático

TENSÕES E ENFRENTAMENTOS NA LUTA PELA QUALIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA: POLÍTICAS AOS AVESSOS

Regiane Helena Bertagna - UNESP - CAMPUS RIO CLARO

Mara Regina Lemes de Sordi - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Maria Simone Ferraz Pereira - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Rosangela de Souza Bittencourt Lara - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP/FAPEMIG

TENSÕES E ENFRENTAMENTOS NA LUTA PELA QUALIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA: POLÍTICAS AOS AVESSOS

Mara Regina Lemes De Sordi (Unicamp/SP)

Maria Simone Ferraz Pereira (UF Uberlândia/MG)

Regiane Helena Bertagna (Unesp/Rio Claro/SP)

Rosangela de Souza Bittencourt Lara (Unicamp/SP)

Coordenação: Regiane Helena Bertagna (Unesp/Rio Claro/SP)

O painel tem como problemática central o debate sobre a qualidade social da escola pública em tempos regidos pelas políticas neoliberais que naturalizam uma concepção de qualidade reducionista com forte poder indutor no cotidiano das redes de ensino. Os textos buscam compartilhar diferentes perspectivas e experiências contra regulatórias recuperando a capacidade de resistência dos coletivos escolares por meio da (re)criação dos espaços coletivos, que favorecem a participação e exercitam a perspectiva democrática reunindo forças progressistas da escola na defesa da formação humana ampliada. A partir dos princípios da participação, do diálogo plural e dialético entre atores centrais da rede e da escola, a negociação subsidia o processo decisório que regerá os caminhos da escola/rede embasados na responsabilização participativa. O primeiro trabalho sobre as repercussões do poder na organização do trabalho escolar e da força dos coletivos na construção de reações a um projeto educativo regido pelos interesses mercadológicos que penalizam a formação

humana das novas gerações. Por meio da pesquisa colaborativa com escolas municipais, provoca a reflexão sobre saberes e poderes inegociáveis para solidificar a luta pela qualidade social reinventando formas alternativas de posicionamento ativo nos diferentes espaços educativos e instâncias de regulação da qualidade, na perspectiva da responsabilização participativa na qual o poder se horizontaliza e se subordina ao interesse comum. O segundo trabalho explora a disputa por projetos antagônicos de qualidade educacional e convida os estudantes de escola pública do interior paulista a colaborar no entendimento e construção de qualidade social a partir da eleição de alguns indicadores de qualidade social, instigando à participação (e enfrentamento) da lógica proeminente de qualidade pautada em resultados educacionais e modelos de regulação impregnados pelo viés mercadológico que restringem a concepção de qualidade, de avaliação e de formação humana favorecendo estratégias de privatização da escola pública em detrimento do direito humano à educação. O terceiro trabalho discute como a partir dos ordenamentos de organismos internacionais a concepção da gestão democrática foi ressignificada, adquirindo características gerencialistas numa lógica produtivista, conservadora, excludente e autoritária, além de refletir como a gestão democrática e a AIP podem orientar e auxiliar os profissionais da escola no processo de qualificação da educação de forma coletiva mobilizando os segmentos escolares em prol de uma qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: qualidade social; avaliação; formação humana.

OS PODERES INSTÁVEIS DA AVALIAÇÃO NA QUALIDADE DA ESCOLA: DECIFRA-ME OU TE DEVORO.

Mara Regina Lemes De Sordi (Unicamp/SP)

Rosângela de Souza Bittencourt Lara (Unicamp/SP)

Não há quem negue a força indutora da avaliação. Em quaisquer de suas abordagens (sala de aula, escola e em larga escala), suas lógicas de ação predominantes, têm reproduzido as marcas da avaliação controle, centrada nos resultados e complacente com os vieses da classificação, meritocraticamente explicados. Deriva daí o poder que assume para afirmar ou denegar valores. A subordinação cega a este modelo, mesmo em discordância com suas premissas, parece validar a ideia de um poder absoluto frente ao qual não há nada o que fazer.

As políticas neoliberais, baseadas nos resultados considerados insuficientes das escolas nos testes standardizados, têm ampliado o controle sobre estas, tomando a si a responsabilidade sobre a organização do trabalho docente, valendo-se do controle dos processos gestionários (recorrendo à plataformização digital, inclusive) e da intensificação do uso da avaliação, orientada aos interesses economicistas. Deriva disto a desvalorização dos saberes dos profissionais da educação, a expropriação subliminar do seu poder nas decisões da escola e o apagamento de sua autoestima, apequenando-os na luta por uma escola referenciada na formação humana e na qualidade social.

As aprendizagens dos estudantes são afetadas pelas deliberações da escola e pela

postura ativa que esta constrói (ou não) frente às pressões que sofre, de fora para dentro, e que pretendem induzir aquilo que os estudantes devem aprender, de modo padronizado e impositivo a partir de matrizes marcadas pelo imperialismo cultural.

A perspectiva da externalidade na avaliação e a pretensa neutralidade dos números que compõe os índices educacionais, nacionais e internacionais, que são tomados como signos da qualidade, opacificam a leitura dos fios emaranhados do poder que os perpassa na direção de interesses não declarados, referenciados na qualidade mercadológica. A tomada de consciência dos atores sobre tal situação é prejudicada pela rarefação dos tempos coletivos de trabalho e pela sobrecarga de demandas visando atingimento de metas o que enviesa as noções do que é socialmente pertinente e aquilo que é fugaz e utilitarista.

Esta situação é tensa e as forças se distribuem desigualmente no enfrentamento dos caminhos a seguir. Cabe ampliar a visão dos concernidos na construção de uma qualidade educacional regida por uma pluralidade de excelências (Afonso, 2014), estampadas em um trabalho pedagógico possuidor de coragem cívica para defender a educação como direito humano para todos (Arroyo, 2018). Esta postura de resistência propositiva implicará releitura das políticas avaliativas, decifrando os interesses que a atravessam e apresentando alternativas historicamente exequíveis para evitar que sejamos devorados pelos meandros do gerencialismo e da performatividade (Ball, 2005).

Este texto trata do poder da escola e discute a força de seus coletivos na construção organizada de reações a um projeto educativo que penaliza o futuro das novas gerações deixando-se reger pelo reducionismo das aprendizagens que a escola deve garantir aos estudantes (das classes trabalhadoras). A disputa pelo poder na definição dos rumos do projeto da escola deve ser enfrentada sob pena de legitimarmos um projeto societal excludente e socialmente injusto. Implicará movimentos de denúncia-anúncio que nos fortalecerão na defesa da democracia tão ameaçada em nossa sociedade. “Se a sociedade é um lugar de conflitos e contradições antagônicas, a escola também o será. Se a sociedade se democratiza, a tendência é a escola também se democratizar. Se a escola, com sua autonomia relativa se democratiza, a tendência é a sociedade se democratizar (Sanfelice, 2017, p.45).

Contestamos a ideia de que somente o que vê de fora, distanciado do objeto, pode ver de modo objetivo (entenda-se neutro) e, portanto, certo. Tal sinalização nos remete a indagar o que seria o pensar certo na avaliação em uma sociedade abissal. A defesa da autoavaliação como recurso primeiro do “pensar certo” em avaliação é porque esta prática pressupõe e possibilita o encontro entre o “meu eu” e os “vários eus dos outros”, na busca de um “nós”, balizado pelo projeto educativo que nos mobiliza na direção do Bem Comum. Implica tencionar o poder que vem de fora impondo uma qualidade rasa e assumir a titularidade da escola no uso do seu poder de cunho emancipatório, regido pela multidimensionalidade do fenômeno educativo.

Por meio da pesquisa colaborativa (FAPESP 2022/06891-3), temos trabalhado com

escolas de uma rede municipal de ensino, que voluntariamente se engajaram numa investigação para fortalecer a construção da qualidade social em cenário tão adverso. Em uma das etapas da pesquisa, realizamos rodas de conversa com profissionais das escolas e da universidade pública local, com o objetivo de tornar inteligíveis as diferentes formas de manifestação do poder da escola como resposta responsável às pressões das políticas *top down*. Como se materializa no trabalho pedagógico da escola, a opção pela qualidade social multidimensional?

O exercício reflexivo sobre a diáde positivities/negatividades do uso do poder no contexto das práticas nos cotidianos escolares foi reafirmado pelos participantes como estratégico para reinventar formas alternativas de posicionamento ativo nos diferentes espaços educativos e nos diálogos com as instâncias de regulação da qualidade, contribuindo para uma cultura de responsabilização participativa na qual o poder se horizontaliza e se subordina ao interesse comum.

Outra contribuição do estudo foi o de desdramatizar o debate sobre as relações de poder presentes na escola o que envolveu revisitar os processos avaliativos em suas múltiplas nuances, incluindo a reflexão sobre os desdobramentos destas na formação humana dos estudantes e suas reverberações, dentro e fora da escola. Isso permitiu recuperar ainda a dimensão do compromisso da escola com a realidade social trazendo à tona os prejuízos decorrentes de processos avaliativos verticais e homogeneizadores que não valorizam a diversidade, a pluralidade dos múltiplos saberes e culturas existentes nos cotidianos escolares que vão sendo negados, silenciados, excluídos em nome de uma avaliação controle que se afasta da formação humana e emancipatória. Reações a este projeto marcado pelo poder disciplinador de corpos, mentes, tempos e espaços sociais foram consideradas complexas, porém inadiáveis. Ou deciframos as políticas que lhes dão sustentação ou seremos por estas devorados.

Referências

- ARROYO, M. G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, n.º. 145, p.1098-1117, out.-dez., 2018.
- AFONSO, Almerindo, J. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. *Avaliação*. Campinas: Sorocaba, SP, v.19, n.2, p.345-361, jul. 2014.
- BALL, S. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- SANFELICE, J. L. Da democratização da sociedade e da escola In: LIMA. A. B. & SILVA, M.B. *Gestão escolar democrática: teorias e práticas*. Uberlândia. Navegando: UFUPROEXC, 2018, p. 31-49.

SOUSA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Palavras-chave: avaliação; qualidade social, responsabilização participativa.

REFERENCIAS PARA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE SOCIAL JUNTO A ESTUDANTES DA ESCOLA PÚBLICA

Regiane Helena Bertagna (Unesp/Rio Claro/SP)

O reconhecimento de que a educação “é essencial para a ordem social e o crescimento econômico” (World Bank, 1995, p. xi) justificou a alteração da agenda das políticas de desenvolvimento econômico e social de instituições multilaterais expandindo sua atuação para além do financiamento de projetos econômicos. Os discursos de organizações multilaterais (Unesco, OCDE), consideradas centros de decisão global mundial passam a orientar a definição de políticas e programas para assegurar a qualidade educacional na educação básica.

A qualidade da educação ganha centralidade para as diretrizes educacionais dos países, considerando as especificidades de inserção a depender do contexto político, econômicos e social de cada país, e alavanca a avaliação como estratégia indutora para efetivação da produção da qualidade, fortemente orientada pela lógica mercadológica (neoliberal) que adentra as políticas públicas educacionais e os muros das escolas.

A prevalência nas orientações políticas de uma qualidade calcada na lógica mercadológica objetiva a produção de resultados educacionais atrelados à elevação de índices quantitativos nacionais e/ou internacionais por meio de avaliações censitárias padronizadas em larga escala, a modelo internacional do PISA e/ou nacional o SAEB. Se instaura um modelo de regulação e monitoramento dos sistemas de ensino e do processo educativo e dos seus resultados (intensificado pós pandemia pela plataformização digital), reduzindo o significado da avaliação, relegando-a à uma lógica produtivista, meritocrática e privatista (Freitas, 2018), apresentado como mecanismo de prestação de contas à sociedade civil, *accountability*, que fortalece o discurso responsabilizador da escola pelos seus resultados (isentando o poder público de suas atribuições) e justifica a inserção de programas verticalizados com essência gerencial/empresarial que fortalecem e induzem estratégias de privatização e limitam o direito humano à educação.

A proeminência desta lógica, embora construída ao longo do período histórico (década de 1990), atualmente, pode ser observada no Brasil pela expansão dos sistemas de avaliação nos estados, acentuado a sua proliferação a partir da criação do IDEB em 2007.

Silva (2009), entre outros autores, nos alertam sobre a transposição do conceito de

qualidade do campo econômico para o campo educacional, que nos remete a fazer escolhas pautadas em questões de eficiência, utilidade, necessidade, praticidade, comparabilidade etc., conceitos próprios de mercado para se realizar “um ótimo negócio”. Tais valores e significados nos são inculcados pelas mídias, com o discurso e imaginário coletivo constituído de que a “melhor qualidade” é do setor privado em contraposição ao setor público, desqualificando o último sem esclarecer que ao primeiro se objetiva a qualidade dos serviços para poucos (os que podem pagar), deixando a maioria (os que não podem pagar) sujeito a intensificação das desigualdades sociais e escolares, restringindo os direitos sociais.

Nos últimos anos, a rede pública de ensino tem sido criticada pela ausência de qualidade, políticas são produzidas e implementadas para os diferentes níveis da educação para acompanhar, induzir e regular a qualidade da educação. Considerando este um espaço de luta de projetos históricos de educação diferenciados, reafirmamos a defesa da qualidade social, entendendo que “[...] a qualidade envolve o domínio do português e da matemática, mas, também, dos demais componentes curriculares, além de estratégias de desenvolvimento humano, numa perspectiva crítica e emancipadora, propiciando condições de inserção social, igualdade e justiça.” (Werle, Scheffer; Moreira, 2012, p. 28); portanto, se faz premente refletirmos sobre os referenciais de qualidade educacional almejados à educação das crianças e jovens brasileiros para não sermos compelidos a legitimar uma orientação cujo objetivos e os fins educacionais se desvirtuam de princípios emancipatórios, democráticos e de formação humana ampliada.

Assumindo a postura de contrarregulação como reação propositiva a modelos de regulação da qualidade impregnados pelo viés mercadológico, intencionamos uma concepção alternativa de qualidade e de avaliação que sejam concebidas e escolhidas pelos coletivos escolares como balizamentos para o trabalho da escola, responsabilmente constituídos e apoiados numa matriz multidimensional de qualidade social construídos com a escola e, primeiramente, traduzidos em 11 indicadores: Acesso e permanência dos estudantes na escola; Ética e valores; Diversidade/Diferença; Relações interpessoais/convivência; Trabalho pedagógico; Trabalho coletivo; Conhecimentos; Críticidade; Participação; Auto-organização dos coletivos; Compromisso Social da Escola com seu entorno social.

Este trabalho destaca a contribuição dos estudantes, de escola pública (do interior paulista), na proposição e na construção de indicadores de qualidade social e recorre à abordagem qualitativa/colaborativa a partir de entrevistas (semi-estruturada) e grupos de discussão (10 grupos) realizadas com os estudantes do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais (47), no ano de 2023, revelando suas percepções sobre a temática; articulados aos estudos do (LOED/UNESP), e de pesquisa financiada pela Fapesp (2022/06861-7), com a perspectiva de, juntamente com a escola pública, refletir e elaborar propostas (e enfrentamentos) relacionados à temática da qualidade social e a avaliação educacional sustentados por processos participativos que, diante de um contexto pós pandêmico, nos provoca a ampliar os horizontes rumo a uma formação humanizadora e fortalecer a luta pelo direito humano a educação.

A partir dos dados coletados junto aos alunos se adensaram os indicadores: relações interpessoais/convivência, participação, acesso e permanência, conhecimentos e, como proposição, a referência ao indicador infraestrutura, aos quais os estudantes fortemente relevaram e destacaram como evidência do conceito de qualidade.

A ideia de qualidade social, inconclusa e construída em conjunto com os diferentes atores sociais implica outra visão de currículo e de organização escolar que, posto em ação, contestam: as fronteiras artificiais entre a escola e a vida, a educação direito humano e a educação mercadoria, os sujeitos históricos/sociais e os sujeitos clientes/consumidores, entre outros que escancaram os fins/objetivos educacionais distanciados da formação humana crítica e emancipadora que almejamos. A experiência resultante da pesquisa colaborativa reforça que a participação dos coletivos é estratégica para a produção da qualidade de forma co-autoral e significância social e que tais alianças são de importância para sustentabilidade do direito humano à educação frente aos mecanismos e estratégias que a lógica mercadológica amplificada pela plataformização digital impõe à realidade das escolas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. *Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

WERLE, F. O. C.; SCHEFFER, L. S.; MOREIRA, M. de C. Avaliação e qualidade social da educação. *ETD – Educação temática digital*, Campinas, SP, v.14, n.2, p. 19-37, jul./dez. 2012.

WORLD BANK. *Priorities and strategies for education: a World Bank review*. Washington, D.C.: World Bank: August, 1995.

Palavras-chave: qualidade social; participação; estudantes.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA: DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA A QUALIFICAÇÃO DA ESCOLA

Maria Simone Ferraz Pereira (UFU/MG)

Historicamente, a educação sempre foi campo de disputas em relação às concepções de mundo, sociedade, formação, função da escola. Na organização do trabalho da escola, uma disputa que tem ocupado centralidade na agenda política é em relação a concepção de gestão. De um lado, tem sido orquestrada pela lógica da administração de empresas, ao adotar princípios, ações e práticas de estratégias empresariais por meio da ênfase na avaliação, responsabilização, controle, vigilância, competitividade, padronização, plataformização e no avanço de políticas de privatização em consonância com o que preconizam os organismos multilaterais e o ideário neoliberal.

Essa abordagem, pressupõe uma qualidade simplificadora, reducionista, mensurável, quantificável, por meio de estratégias que estabeleçam parâmetros de referência fundamentados em conhecimentos, habilidades e competências, desconsiderando aspectos e dimensões intra e extraescolares que interferem na qualidade da educação (Cury, 2002).

De outro lado, encontramos a defesa da gestão democrática da educação que se relaciona a uma concepção que se posiciona contrária às teorias e aos procedimentos administrativos de princípios gerenciais na escola e nos sistemas educacionais. Para Dourado (2007, p. 924), a concepção de gestão “tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido a sua especificidade e aos fins a serem alcançados”.

Um princípio central da gestão democrática é a participação, que possibilita o adequado funcionamento da organização e o envolvimento de profissionais e da comunidade na tomada de decisões. Participação, palavra muito usada nos últimos anos no Brasil em discursos políticos e sociais, é um dos cinco princípios da democracia e constitui-se como um direito de todos os indivíduos, independente do credo, da classe social, do gênero, da cor ou da idade. Assim, não pode ser privilégio dos mais capazes, dos que conseguem se expressar com clareza e fluência, mas condição de todos os cidadãos de lutar e viver de fato numa sociedade democrática.

Além disso, participação pode ser empregada num sentido mais amplo, em que a pessoa que participa não se restringe à posição de espectadora, mas de alguém que toma parte em alguma coisa, fato ou acontecimento. Assim, quem participa tem consciência de suas posições/decisões e pode orientar e/ou influenciar os encaminhamentos, a tomada de decisão.

Nessa perspectiva, gestão democrática relaciona-se a uma forma de organizar o trabalho, de se fazer a administração escolar com a participação de todos e com a construção coletiva do projeto político pedagógico, para tanto, segundo Araújo; Pinto (2017), é importante que a escola amplie canais de participação e se fortaleça enquanto espaço público da cidadania.

Entretanto, a partir dos ordenamentos de organismos internacionais e com a Reforma do Estado, elementos e mecanismos da gestão democrática tem sido discursivamente ressignificados, se utilizado de ferramentas e adquirido características gerencialistas numa

lógica produtivista, conservadora, excludente e autoritária fundamentada em resultados e em uma lógica de escola/gestão gerencialista cada vez mais central em detrimento da gestão democrática. Neste contexto, tudo é considerado gestão democrática, mas na prática baseia-se em “argumentos gerencialistas da qualidade, eficiência e bom desempenho” (Hypolito, 2011, p. 73). É possível resistir?

A resistência passa pelo trabalho incansável de discutirmos e buscarmos alternativas político-pedagógicas para a educação e de reafirmarmos princípios que primam pelo fortalecimento da escola pública de gestão pública. E é a partir do exposto que se situa o presente trabalho, recorte de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG (APQ-015117-21) que objetiva ampliar as reflexões sobre a necessidade de estreitarmos o diálogo entre a gestão democrática e a Avaliação Institucional Participativa (AIP), como uma opção política de fortalecimento e de resistência aos instrumentos de controle e regulação implementados pela política educacional atual.

Avaliação institucional, tratada neste trabalho em sua dimensão participativa, não se restringe ao cumprimento de exigências burocráticas, mas se constitui como uma opção política em que a instituição se coloca empenhada com o trabalho desenvolvido e, por isso, se organiza coletivamente para analisar seus problemas e definir as possíveis ações para solucioná-los. Esta, como prática coletiva, é uma possibilidade ante a necessidade de a escola discutir e se comprometer com a garantia da qualidade do trabalho desenvolvido.

Convém ressaltar que a crítica à responsabilização vertical e meritocrática, posta pela política de regulação via avaliação sistêmica, não está atrelada à defesa da desresponsabilização da escola pela qualidade do trabalho desenvolvido. Pelo contrário, entendemos que é de fundamental importância a reconfiguração da forma como a escola tem se colocado para realizar seu trabalho, bem como para discutir os dados revelados pelas avaliações externas. Nesse sentido, entendemos que responsabilização não se constitui uma via de mão única, mas, sim, um processo de leitura, análise da realidade e, sobretudo, de negociação constante entre todos os envolvidos com a educação, da base ao topo.

A partir do exposto, defende-se que a AIP se constitui como uma alternativa possível, para o fortalecimento da gestão democrática, especialmente no contexto atual de recrudescimento da lógica neoliberal em que as políticas educacionais têm fortalecido o gerencialismo e a meritocracia.

Isso posto, o diálogo entre a gestão democrática e a AIP se mostra com possibilidades de orientar e auxiliar aos profissionais da escola no processo de qualificação da educação em uma concepção coletiva capaz de mobilizar todos os segmentos escolares em prol de uma qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.; PINTO, J. M. R. (Org.). *Público X privado em tempos e crise*. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Fineduca. 2017. p. 16-37.

CURY, C. R. J. C. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 18, n. 2, [n.p.], jul./dez. 2002.

DOURADO, F. L. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>.

HYPOLITO, Álvaro M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 59–78, 2012.

Palavras-chave: gestão democrática; participação; qualidade social.